

**PROCURADORIA**  
**DA**  
**COMARCA DE VISEU**

**RELATÓRIO ANUAL**

**2015/2016**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

I

**SERVIÇOS**

**DA**

**PROCURADORIA DA COMARCA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

### **1. A Procuradoria da Comarca de Viseu**

O Magistrado do Ministério Público Coordenador [de ora em diante, Magistrado Coordenador] assumiu a gestão do expediente imprescindível e adequado ao cumprimento das suas competências (artigo 101º, da Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto – Lei da Organização do Sistema Judiciário, a partir daqui referenciada pela sigla LOSJ), bem como o relacionamento com a hierarquia e com outras entidades.

No âmbito do Conselho de Gestão da comarca (artigo 108º, da citada lei), além da sua participação em reuniões regulares desse órgão, manteve uma linha de activa cooperação e de permanente articulação com os demais participantes, dando o seu empenhado contributo na afirmação e na prossecução das competências deste órgão e no atingimento concertado de objectivos definidos para a comarca.

Na sua actividade processual, o Magistrado Coordenador não foi ainda chamado a decidir reclamações de decisão proferidas pelos Senhores Procuradores da República. No entanto, acompanha, activamente e em proximidade, toda a actividade do Ministério Público na comarca e nas diversas jurisdições, quer pelos instrumentos de gestão disponibilizados pelo sistema informático, quer por concreta consulta do processo informático ou, menos frequentemente, do processo físico, quer pelo processo administrativo preparatório ou de acompanhamento, quer ainda em reuniões de trabalho de magistrados ou em contactos pontuais, directos e informais, com magistrados, conforme e sempre que se mostre o mais adequado.

#### **1.1-Quadro de Magistrados e distribuição de serviço**

A Procuradoria da Comarca de Viseu dispõe de um quadro legal de 10 a 11 Procuradores da República e de 20 a 22 Procuradores-Adjuntos [cf. mapa V anexo ao Decreto-Lei n.º 49/14, de 27 de Março].

A distribuição de serviço dos Senhores magistrados foi estabelecida na Ordem de Serviço n.º 1/2014, de 8 de Setembro. Essa distribuição de serviço, no entanto, tem vindo a ser ajustada, quer em função das cargas processuais e dos objectivos estabelecidos a atingir, quer em razão de situações de impedimento, em alguns casos de considerável duração, motivando, em qualquer dos casos, a emissão de correspondente documento hierárquico de gestão.

#### **A) O Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP)**

A estrutura do DIAP foi definida pela Ordem de Serviço n.º 2/2014, de 18 de Setembro. Coordenado por um Procurador da República. Este Departamento é constituído, em Viseu e em Lamego, por duas secções [uma 1ª Secção dotada de especialização, dirigida à criminalidade mais grave, complexa e organizada, de um modo geral prevista no artigo 7º da LOIC e que não deva ser investigada pelo DIAP distrital ou pelo DCIAP, e uma 2ª Secção onde são recebidos processos respeitantes à restante criminalidade] e, em cada uma das Instâncias Locais de Cinfães, Mangualde, Moimenta da Beira, Nelas, Santa Comba Dão, S. Pedro do Sul, Sátão e Tondela, por secção única [vacionada para a investigação criminal generalista, uma vez que os processos respeitantes aos crimes alusivos ao apontado artigo 7º da LOIC transitam para Lamego ou para Viseu, consoante a área territorial definida].



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

Na 1ª Secção de Viseu, exercem funções duas Senhoras Procuradoras-Adjuntas; na 2ª Secção, encontram-se colocadas quatro Senhoras Procuradoras-Adjuntas [actualmente, duas na 1ª Subsecção e as demais na 2ª Subsecção]. Em Lamego, a 1ª Secção é assegurada por um Senhor Procurador-Adjunto e na 2ª Secção exercem funções duas Senhoras Procuradoras-Adjuntas, a quem compete também garantir a representação na Instância Local de Lamego; na secção única das demais mencionadas instâncias locais, a direcção da investigação criminal e dos respectivos processos de inquéritos é exercida pelo(a) Senhor(a) Procurador(a)-Adjunto(a) que aí também representa o Ministério Público.

Deixa-se aqui uma sucinta nota sobre a muito recente alteração desta organização [Ordem de Serviço n.º 10/2016, de 12 de Outubro] e que introduziu o desdobramento da 2ª Secção de Viseu em duas subsecções, sendo atribuída, à primeira delas, a investigação do crime de violência doméstica e de outra criminalidade contra as pessoas (não inserida na competência estabelecida para a 1ª Secção), conexa com aquele fenómeno criminal, e ainda alguns dos tipos de crime contra a família, e à segunda subsecção, a investigação dos crimes contra o património e os demais que se não incluam na esfera de competência da 1ª Secção e que não sejam enquadráveis nos fenómenos criminais – crimes contra vítimas especialmente vulneráveis, crimes na comunidade escolar, crimes contra profissionais de saúde, crimes por e contra agentes de autoridade – da competência investigatória própria do Senhor Procurador da República Coordenador do DIAP.

**B) A representação do Ministério Público no Tribunal da Comarca de Viseu**

Relativamente às Instâncias Locais de Cinfães, Mangualde, Nelas, Santa Comba Dão, S. Pedro do Sul, Sátão e Tondela, como já antes referido, o Ministério Público é representado pelo(a) único(a) magistrado(a) aí respectivamente colocado. Em Moimenta da Beira estão colocadas duas Senhoras Procuradoras-Adjuntas, uma das quais, actualmente e por Acórdão do Plenário do Conselho Superior do Ministério Público, de 27 de Setembro de 2016, se encontra destacada em Lamego, substituindo o Colega da 1ª Secção do DIAP, prolongadamente impedido por doença.

Quanto a Lamego e como também já afirmado, a representação do Ministério Público na instância local (cível e criminal) é exercida por duas Senhoras Procuradoras-Adjuntas que também asseguram a 2ª Secção local do DIAP.

Ainda em Lamego, mas na jurisdição de Família e de Menores e na jurisdição de Trabalho (Instância Central – 2ª Secção de Família e de Menores e 2ª Secção de Trabalho, respectivamente) o Ministério Público é representado, em cada um desses lugares, por um Senhor magistrado com a categoria de Procurador(a) da República.

Em Viseu

- a) na Instância Local - Secção Criminal – por três Senhores Procuradores-Adjuntos;
- b) na Instância Central:
  - Secção de Instrução Criminal, por um Senhor Procurador da República;
  - Secção Criminal, por dois Senhores Procuradores da República (e por um Senhor Procurador-Adjunto que aí vem sendo reafectado, por decisão do CSMP);
  - Secção Cível, de Comércio e de Execução, por duas Senhoras Procuradoras da República;
  - 1ª Secção de Família e Menores, por dois Senhores Procuradores da República;
  - 1ª Secção de Trabalho, por dois Senhores Procuradores da República.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

## 1.2. Funcionários

O Gabinete de Apoio aos Órgãos de Gestão é constituído por dois oficiais de justiça, um deles da carreira judicial e outro da carreira do Ministério Público, que, indistintamente, têm assegurado um competente serviço de secretariado e de apoio geral.

O quadro de oficiais de justiça, ao serviço do Ministério Público, nesta comarca é o abaixo indicado:

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO																	
UNIDADE	Quadro legal				Preenchimento do quadro (situação atual)				Necessidades				Colocações previstas pela DGAJ				URGÊNCIA (RUPTURA)*
	Secret. Justiça	Téc. Just. Princ.	Téc. Just. Adj.	Téc. Just. Aux.	Secret. Justiça	Téc. Just. Princ.	Téc. Just. Adj.	Téc. Just. Aux.	Secret. Justiça	Téc. Just. Princ.	Téc. Just. Adj.	Téc. Just. Aux.	Secret. Justiça	Téc. Just. Princ.	Téc. Just. Adj.	Téc. Just. Aux.	
Viséu - Unidade Central			1	2				4 a)			1	1					
Viséu - IC Família e Menores			1	2			1	2									
Viséu - IC Trabalho			1	2			1	1				1					
Viséu - DIAP e Svcs MP **		2	11	6		1 b)	3	11 c)		2	7 d)						
Cinfães - Svcs MP			1	1			1	1									
Lamego - IC Família e Menores			1	1			1					1 e)					
Lamego - IC Trabalho			1				1	1									
Lamego - Svcs MP			2	2			2	5 f)									
Mangualde - Svcs MP			1	1			2 g)	1									
Moimenta da Beira - Svcs MP			1	1			1	1									
Nelas - Svcs MP			1	1			1	1									
Santa Comba Dão - Svcs MP			1	1			1 h)	1									
S. Pedro do Sul - Svcs MP			1				1										
Sátão - Svcs MP			1	1			1	1									
Tondela - Svcs MP			1	1				2			1						
TOTAIS/COMARCA		2	26	22		2	17	32		2	9	3					

\*Não existe perspectiva de ruptura, mas necessidades assinaladas de funcionários, com formação específica e por categorias. \*\*Inclui a Unidade de apoio aos magistrados na área cível.

a) 1 TJAuxiliar e 3 Esc.Auxiliares.

b) Lugar preenchido por Escrivão de Direito.

c) Inclui 2 Esc. Auxiliares.

d) 3 dos quais destinados a instâncias de proximidade.

e) TJAux colocada na Unidade de Apoio na I.C. Trabalho, por mais acentuada necessidade.

f) 3 TJAux, uma das quais com gravíssimas limitações de visão, 1 TJA destacado e 2 Esc Auxiliares.

g) afectada pela DGAJ.

h) TJAAdj em baixa médica de longa duração, substituída por Esc Adjunta.

Como resulta desse quadro e das notas nele apostas, a carência de oficiais de justiça não impede o Ministério Público, nesta comarca, de exercer as suas competências. No entanto, a acentuada falta de funcionários, com formação específica no serviço do Ministério Público e nas categorias superiores não deixa de constituir factor condicionante na organização e no funcionamento, com reflexos na agilização e na qualidade dos actos praticados, com necessários reflexos na celeridade e na produtividade processuais.

## 2. Área Administrativa

### 2.1. Processos administrativos da Coordenação da comarca

Os processos administrativos são instaurados para identificar, ponderar soluções e resolver ou acompanhar situações de diversa ordem diversa, relativas à comarca, bem como outros assuntos – organização da Procuradoria da Comarca, actividade do Ministério Público e relacionamento com outras entidades.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

O número de processos administrativos movimentados e findos, no decurso do último ano judicial foi aquele que se resume no quadro seguinte:

<b>Processos Administrativos</b>	<b>Pendentes Antes de 01.09.2015</b>	<b>Entrados no ano judicial de 2015/2016</b>	<b>Findos no ano judicial de 2015/2016</b>	<b>Pendentes após 31 de Agosto de 2016</b>
<b>Acompanhamento</b>	7	7	5	9
<b>Organização/Outros</b>	9	8	6	11
<b>Total</b>	16	15	11	20

## **2.2. Outros dados estatísticos**

No mapa seguinte reúnem-se outros dados estatísticos respeitantes ao trabalho desenvolvido pela Coordenação da Comarca e pelo gabinete que lhe assegura apoio.

<b>Expediente movimentado</b>	<b>De 1.09.2015 a 31.08.2016</b>
<b>Cartas rogatórias / Atos judiciários</b>	<b>10</b>
<b>Apostilhas</b>	<b>14</b>
<b>Ofícios do magistrado Coordenador da Comarca via SIMP</b>	<b>621</b>
<b>Ofícios de carácter administrativo expedidos pelo SIMP</b>	<b>60</b>
<b>Ofícios de carácter administrativo expedidos por via postal</b>	<b>129</b>

## **3. Contactos com outras entidades e serviços públicos**

Continuaram a decorrer com inteira normalidade os contactos – protocolares e funcionais – com várias entidades e serviços públicos, em especial os sediados na comarca de Viseu, nomeadamente as Delegações da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, Autarquias Locais, Serviços da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Centro Distrital de Segurança Social e Instituições Privadas de Solidariedade Social e de Apoio à Vítima.

Merecem igualmente referência a proximidade e a cordialidade das relações que têm sido mantidas com a Directoria de Coimbra da Polícia Judiciária, com o Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública e com os Comandos Territoriais da Guarda Nacional Republicana de toda a área da Comarca de Viseu, bem como com a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Direcção Distrital de Finanças de Viseu.

Mantiveram-se contactos protocolares e funcionais, com outras entidades e serviços públicos, designadamente com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses I.P., o Departamento de Psiquiatria do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, o Estabelecimento Prisional Regional de Viseu, o Museu Nacional Grão Vasco e o Regimento de Infantaria de Viseu.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

**4. Celebração de protocolos para agilização de procedimentos**

Nesta matéria, tem vindo a beneficiar-se dos protocolos que a Procuradoria-Geral Distrital de Coimbra oportunamente celebrou com outras entidades para agilização de procedimentos (em matéria de óbitos em circulação ferroviária e análogas; realização de perícias médico-legais de avaliação do dano corporal e de apuramento da taxa de álcool através de exame sanguíneo; exames de armas e munições; exames laboratoriais de produtos estupefacientes e substâncias psicotrópicas; perícias respeitantes a infracções contra a economia e contra a saúde pública).

**5. Principais Medidas Tomadas (Ordens, Instruções e Sugestões), além das respeitantes à colocação de magistrados e distribuição de serviço.**

I- Ordem de Serviço n.º 8/2015, de 3 de Setembro, a proceder a distribuição de serviço do Ministério Público no DIAP de Viseu.

II- Ordem de Serviço n.º 9/2015, de 5 de Setembro, que procede a distribuição de serviço dos magistrados do Ministério Público nas Instâncias Central e Local – Secções Criminais de Viseu e nas Instâncias Locais de Santa Comba Dão e Tondela, pesando as necessidades imediatas, uma repartição equilibrada das cargas processuais, numa perspectiva de ganhos de produtividade, mas também na merecida ponderação das expectativas e do interesse dos magistrados intervenientes.

III- Ordem de Serviço n.º 10/2015, de 7 de Setembro, que procede a distribuição de serviço dos magistrados do Ministério Público na Instância Local de Moimenta da Beira, em razão de impedimento prolongada de uma Senhora Procuradora-Adjunta aí colocada.

IV- Ordem de Serviço n.º 11/2015, de 21 de Setembro, a redistribuir, de forma funcional, equilibrada e produtiva o serviço dos magistrados do Ministério Público na Instância Central – Secção Criminal de Viseu, na sequência de reafecção de um Senhor Procurador-Adjunto.

V- Ordem de Serviço n.º 1/2016, de 2 de Fevereiro, a distribuir, no decurso de impedimento de magistrada colocada na Instância Local de Mangualde, o serviço do Ministério Público e redistribuindo, em razão dessa substituição, o serviço nas Secções de Instância Local de Santa Comba Dão e Tondela.

VI- Ordem de Serviço n.º 2/2016, de 17 de Fevereiro, a afectar temporariamente, por um conjunto de magistrados, os inquéritos da 2ª Secção do DIAP de Viseu, titulados por uma Senhora Procuradora-Adjunta funcionalmente impedida e de modo a evitar acumulação processual.

VII- Despacho n.º 13/2015, de 8 de Setembro, a designar os magistrados do Ministério Público em turno de serviço urgente na comarca, nos sábados e feriados que recaiam em segunda-feira e no segundo dia feriado.

VIII- Despacho n.º 16/2015, de 1 de Outubro, a estabelecer os turnos de serviço urgente, a assegurar pelos magistrados do Ministério Público, no decurso do ano judicial e, mais concretamente, nos períodos de férias judiciais de Natal, Páscoa e Verão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

IX- Despacho n.º 17/2015, de 19 de Outubro, que, visando o atingimento de objectivos estabelecidos e introduzir maior equilíbrio nas cargas processuais das 1ª e 2ª Secções do DIAP em Lamego e em Viseu, alterou os termos da distribuição dos processos titulados pelo Ministério Público.

X- Despacho n.º 19/2015, de 22 de Outubro, proferido no âmbito do acompanhamento de objectivos fixados para o Ministério Público e na afirmação do princípio da especialização, a afectar, ao Senhor Procurador-Adjunto, então colocado na Instância Local – Secção Cível de Viseu, os processos administrativos que, na Instância Local de Lamego se encontravam pendentes e a aguardar propositura de acção ou outro procedimento cível.

XI- Despacho n.º 24/2015, de 27 de Novembro, que, complementando o Despacho n.º 19/2015, define os “Procedimentos de tramitação dos Processos Administrativos da Instância Local (Cível) de Lamego, instaurados e a instaurar, visando a propositura ou contestação de acção relacionada com o contencioso patrimonial do Estado ou com interesses colectivos e difusos”.

XII- Recomendação n.º 5/2015, de 20 de Setembro, sobre a titularidade de processo administrativo instaurado na sequência de atendimento e destinado a propositura de acção ou outro procedimento.

XIII- Recomendação n.º 1/2016, de 25 de Janeiro, sobre o “Internamento Compulsivo de Urgência” e as comunicações e o prazo para a confirmação judicial.

XIV- Recomendação n.º 2/2016, de 26 de Abril, dirigida aos magistrados do Ministério Público colocados na área penal e com direcção da investigação criminal, sobre a necessidade de se familiarizem com a utilização dos instrumentos jurídicos existentes nesta matéria e, com maior frequência, implementem práticas de investigações financeiras e patrimoniais, com subsequentes pedidos de perda «clássica» ou «ampliada», designadamente nos processos respeitantes à criminalidade reditícia.

XV- Recomendação n.º 3/2016, de 25 de Maio, sobre boas práticas preventivas da ocorrência de prescrição do procedimento criminal.

## **6. Reuniões, deslocações, visitas ou outros eventos.**

### **6.1. Deslocações às Instâncias Locais e às Secções de Proximidade**

Durante o ano judicial de 2015/2016, a exemplo do que acontecera no ano anterior, o Magistrado Coordenador deslocou-se às instâncias locais da área da Procuradoria da Comarca de Viseu, reuniu com os magistrados do Ministério Público que aí exercem funções, contactou magistrados judiciais e oficiais de justiça. Essas deslocações constituíram oportunidade para obter informação sobre a actividade do Ministério Público, abordar questões que se tivessem suscitado e de particular relevância para os serviços e constatar, de modo geral, o estado da instância local. Essas deslocações tiveram ainda lugar às Secções de Proximidade.

As deslocações e, quando ocorreram em instância local, as reuniões foram realizadas nas seguintes datas e locais:

- Em 2, 3 e 10 de Setembro de 2015, em Santa Comba Dão, Tondela Nelas e Mangualde;





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

- Nos dias 22 e 29 de Outubro de 2015, em Santa Comba Dão e em Lamego;
- Em 15 de Fevereiro de 2016, na Secção de proximidade de S. João da Pesqueira;
- Em 4 de Março de 2016, em Santa Comba Dão;
- No dia 11, 12, 13 e 14 de Abril de 2016, em Nelas, Mangualde, Oliveira de Frades, Vouzela, Moimenta da Beira, S. João da Pesqueira, Lamego e Tondela.

**6.2. Reuniões com a PGR/CSMP e com a PGD de Coimbra**

O Magistrado Coordenador participou em reuniões de trabalho, na e com a Procuradoria-Geral da República, membros do CSMP e os Coordenadores das demais comarcas, em 24 e 25 de Setembro de 2015 e em 5 e 6 de Maio de 2016.

No dia 5 de Novembro de 2015, decorreu a visita da Senhora Procuradora-Geral da República à Comarca de Viseu, sendo realizadas reuniões de trabalho, ao longo de todo o dia, com magistrados do Ministério Público de todas as Secções das Instâncias Central e Locais e também com a Senhora Procuradora-Geral Adjunta Coordenadora e os Senhores Procuradores da República colocados no TAF de Viseu.

Em 26 de Outubro de 2015, no Palácio da Justiça de Viseu, teve lugar uma reunião dirigida pelo Senhor Procurador-Geral Distrital, nela havendo participado magistrados do Ministério Público daquela PGD, com funções de coordenação nas diversas jurisdições, e magistrados desta comarca.

O Magistrado Coordenador participou, com os Colegas das outras comarcas integrantes da área territorial do Tribunal da Relação de Coimbra, nas reuniões de coordenação promovidas pelo Senhor Procurador-Geral Distrital e que se realizaram:

- em 2 de Outubro de 2015, no Palácio da Justiça de Pombal (Comarca de Leiria);
- em 4 de Fevereiro de 2016, no Palácio da Justiça de Soure (Comarca de Coimbra);
- em 20 de Maio de 2016, no Palácio da Justiça da Sertã (Comarca de Castelo Branco).

No dia 12 de Novembro de 2015, o Magistrado Coordenador participou numa reunião na PGD de Coimbra, com o Senhor Procurador-Geral Distrital e com o Senhor Director do DIAP Distrital, sobre procedimentos de deferimento de competência, a este Departamento, para a investigação criminal e, sendo caso, para o exercício da acção penal.

**6.3. Reuniões com magistrados do Ministério Público na comarca**

No desempenho das suas funções e na decorrência do sucedido no ano precedente, o Magistrado Coordenador realizou reuniões de trabalho com os magistrados do Ministério Público da comarca colocados nas diferentes jurisdições e secções. Assim:

- em 2 de Setembro de 2015, com magistrados nas Instâncias Locais de Santa Comba Dão e de Tondela, sobre distribuição de serviço;
- em 30 de Setembro de 2015, com magistrados de Viseu, sobre balanço de actividade no ano anterior, definição de objectivos processuais para o ano judicial em início, articulação entre magistrados;
- em 29 de Outubro de 2015, com os magistrados da Instância Local/DIAP de Lamego, sobre distribuição de serviço;
- em 14 de Julho de 2016, com magistrados das 1ª e 2ª Secções do DIAP e da Instância Local-Secção Criminal de Viseu, sobre o preenchimento dos lugares nessas secções, face ao que se poderia prever-se quanto ao próximo movimento extraordinário de magistrados e à possibilidade de colocação de Colega do quadro complementar de Coimbra.



## MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU

Além destas programadas reuniões, o Magistrado Coordenador reuniu informal e frequentemente, com os Senhores Procuradores da República Coordenadores Sectoriais, estabelecendo formas de actuação concertada, mecanismos de agilização e de simplificação, estratégias e avaliação de objectivos e de produtividade. Apreciando diversificadas questões sobre a actividade funcional e colhendo informação, dialogou e reuniu, no quotidiano, com os magistrados das secções sediadas em Viseu – designadamente, com os Senhores Procuradores da Instância Central – Secções de Família e Menores, Cível, de Comércio, de Trabalho e Criminal e com os Senhores Procuradores-Adjuntos da Instância Local – Secção Cível e Secção Criminal – das Secções do DIAP e, sempre que aí se deslocou, das instâncias locais.

### **6.4. Acções de formação e outras iniciativas**

Em 15 de Dezembro de 2015, na Comarca da Guarda e destinada a magistrados dessa e da Comarca de Viseu, realizou-se uma acção de formação sobre Cooperação Judiciária Internacional.

Na Comarca de Viseu tiveram lugar um workshop sobre “Crimes Negligentes” e especialmente a “Negligência Médica, organizado pelo CEJ e com a participação do Magistrado Coordenador, e duas acções de formação:

- Sobre cibercriminalidade, assegurada pelo Gabinete do Cibercrime, em 13 de Janeiro de 2016, e orientada pelo Senhor Procurador da República Dr. Pedro Verdelho;
- e sobre o Laboratório de Polícia Científica, ministrada pelo seu Director, Dr. Carlos Farinha.

Para além disso, prosseguiu o Curso de Pós Graduação em Psiquiatria e Psicologia Forense, iniciado em Abril de 2016 e que decorrerá até Março de 2017, organizado pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP (INMLCF) e pelo Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE (CHTV), com a participação de magistrados da Comarca de Viseu.

O Magistrado Coordenador participou também, em 18 de Setembro de 2015, no Tribunal da Relação de Coimbra, numa acção de formação sobre a edição do microsite do Portal do Ministério Público, em 28 de Outubro de 2015, no Colóquio sobre o “Mapa Judiciário – um ano de balanço”, organizado pelo Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados, e, em 17 de Junho, no I Congresso Internacional sobre Envelhecimento, organizado pela Fundação Bissaya Barreto (FBB) e pela Procuradoria-Geral Distrital de Coimbra (PGDC).

### **6.4. Reuniões, deslocações, visitas e eventos participados por outras entidades**

Além das reuniões do Conselho de Gestão e no Conselho Consultivo da Comarca, o Magistrado Coordenador participou em numerosas reuniões, ao longo do último ano judicial, com diversas outras entidades.

Assim e considerada a sua ordem cronológica:

- Em 18 de Setembro de 2015, participou na inauguração da sede do SMMP em Coimbra.
- Em 28 de Setembro, assistiu, no Tribunal da Relação de Coimbra, à assinatura do Protocolo celebrado entre a FBB e a PGDC, sobre protecção de idosos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

- Ainda nesse dia 28 de Setembro, participou no jantar de trabalho com o Presidente da Direcção do SMMP, realizado em Viseu.
- No dia 8 de Outubro, esteve presente na sessão solene de Abertura do Ano Judicial, no Supremo Tribunal de Justiça.
- Em 10 de Novembro, reuniu com o Director Distrital de Finanças e com magistrados do DIAP de Viseu.
- No dia 11 de Dezembro, visitou o EPR de Viseu e participou na festa de Natal com os reclusos.
- Em 21 de Janeiro de 2016, reuniu, no Palácio da Justiça de Viseu, com magistrados do DIAP e com responsáveis pela Unidade Local da Polícia Judiciária de Vila Real.
- Em 25 de Janeiro, visitou o Comando Territorial da GNR de Viseu e assistiu à cerimónia de transferência desse Comando.
- No dia 4 de Fevereiro, reuniu, em Coimbra, com a Coordenadora do Gabinete Médico-Legal de Dão Lafões.
- Em 26 de Fevereiro, recebeu e reuniu, no Palácio da Justiça de Viseu, com o Director do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do CHTV.
- Em 12 de Abril, com os demais membros do Conselho de Gestão da Comarca de Viseu, recebeu a visita da Senhora Secretária de Estado da Justiça, que se prolongou no dia seguinte, participando em visitas e em reuniões de trabalho em Mangualde, Viseu, Oliveira de Frades, Vouzela, Moimenta da Beira, S. João da Pesqueira e Lamego.
- Em 14 de Abril e de novo em 11 de Maio seguinte, integrando o Conselho de Gestão, participou em reuniões com Técnicos do IGFEJ e com Autarcas, em Mangualde e em Tondela, visando a realização de adaptações, nas instalações judiciais dessas instâncias locais.
- No dia 19 de Abril, com a Senhora Juiz Presidente, recebeu e reuniu com a Delegação de Viseu da Ordem dos Advogados e, no dia 12 de Maio de 2016, com o Conselho Regional e a Delegação de Viseu da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, para tratar questões relacionadas com a actividade desses profissionais forenses.
- Em 20 de Abril, ainda com a Senhora Juiz Presidente, recebeu e reuniu com o Senhor Presidente da C.M. de Castro Daire, sobre as perspectivas de alteração na organização judiciária, relativamente àquele município.
- Em 9 de Maio, participou em reunião com Técnicos da DGAJ, sobre equipamentos, e, em 19 desse mesmo mês, com Subdirector da DGAJ, magistrados judiciais e do Ministério Público e oficiais de justiça da Secção de Comércio, sobre alterações no sistema informático.
- Em 2 de Junho, com os outros membros do Conselho de Gestão desta e de outras comarcas, participou em reunião, em Lisboa, com o Senhor Director da DGAJ sobre equipamentos e veículos de serviço.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

- No dia 20 de Junho, participou em seminário sobre “Envelhecimento”, organizado pelo Comando Territorial de Viseu da GNR e, no dia 23 desse mesmo mês, em Mangualde, nas celebrações do Dia desse Comando.

- Em 5 de Julho, esteve presente no Regimento de Infantaria de Viseu, aquando da cessação de funções do seu Comandante.

- No dia 13 de Julho, no Palácio da Justiça de Viseu, recebeu e reuniu com o Comandante Distrital da GNR de Viseu e com o Comandante do seu Destacamento de Trânsito.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

**II**

**ATIVIDADE DESENVOLVIDA**  
**NAS INSTÂNCIAS E SECÇÕES**  
**DA COMARCA DE**  
**VISEU**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

## **1. Área Cível**

Em Viseu, estão sediadas uma secção de instância central e uma secção de instância Local, com competência exclusiva para a área cível.

Em Lamego, existe também uma secção de instância local, com competência exclusiva para esta área.

Nas instâncias locais de Cinfães, Mangualde, Moimenta da Beira, Nelas, S. Pedro do Sul, Santa Comba Dão, Sátão e Tondela, a secção tem competência desdobrada para a área cível e para a área criminal.

A gestão do limitado quadro de magistrados e o valor de referência processual determinante na definição do quadro da comarca não permitiram que, à secção de instância central, fossem alocados magistrados em exclusividade para a área cível. As duas Senhoras Procuradoras da República aí colocadas, assumem ainda a representação do Ministério Público nas secções de instância central de comércio e de execução.

O mesmo sucede em Lamego, onde duas Senhoras Procuradoras Adjuntas, de entre os três magistrados colocados nessa instância local, exercem funções de representação nas secções da instância local cível e criminal, além de assumirem a direcção de investigação criminal nos processos titulados, pelo Ministério Público, na 2ª secção local do DIAP.

Já à secção cível da instância local de Viseu esteve alocado, até 1 de Setembro de 2016, um Senhor Procurador-Adjunto, em exclusividade. O que permitiu, em razão de mais equilibrada distribuição de cargas processuais de Lamego e no sentido da afirmação do princípio da especialização, reafectar-lhe os processos administrativos dessa secção de instância local, visando propositura de acção (Despacho n.º 19/2015, de 22 de Outubro, desta Procuradoria).

Na comarca de Viseu tem vigorado, como no decurso do ano de 2014/2015 também sucedeu, um regime de coordenação da actividade exercida nesta área por parte das Senhoras Procuradoras da República colocadas na secção cível de instância central. Tratando-se de preparar intervenção processual – v.g. a propositura, em representação do Estado Português, de acção com processo de declaração que, em razão do valor, compita à secção cível da instância central – essa inicial actividade está, desde logo, atribuída a magistrada dessa secção, que, para tanto, instaura processo administrativo para a recolha da necessária informação, onde ficarão registados todos os procedimentos de comunicação hierárquica e com o Departamento do Estado interlocutor nessa representação. Tratando-se de acção a tramitar na secção de instância local, a intervenção processual é assumida pelo magistrado aí colocado, tutelado pela Senhora Procuradora da República na secção cível da instância central, a quem compete exercer funções de hierarquia, participando activamente na elaboração dos articulados, sempre por si aprovados, e reportar ao magistrado coordenador da comarca.

Na Procuradoria da Comarca de Viseu, o magistrado coordenador tem vindo a efectuar a coordenação global desta área de jurisdição e, sempre que a relevância ou a complexidade do caso o aconselhe, instaura processo administrativo de acompanhamento, no âmbito do qual ficam registados os termos da sua intervenção, quer na colaboração dada na elaboração da



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

petição, contestação ou outro articulado, quer na comunicação com os Senhores Procuradores-Gerais Adjuntos que, na Procuradoria-Geral Distrital e segundo moldes definidos pelo Senhor Procurador-Geral Distrital, pela sua grande experiência, elevada competência e total disponibilidade, asseguram um inestimável “balcão de apoio” aos magistrados em primeira instância.

### **1.1. Apresentação dos principais dados estatísticos**

#### ***a) Iniciativa e Intervenção Processuais***

No ano judicial de 2014/2015, o Ministério Público teve intervenção principal em 312 acções, tendo proposto 130 e contestado 12.

A intervenção mais relevante incidiu na defesa dos incapazes e ausentes: 130 acções instauradas, das quais 111 de interdição e 15 de inabilitação, com particular incidência nas instâncias de Viseu (38), Tondela (20), Lamego (18), Moimenta da Beira (15), Santa Comba Dão (12) e Sátão (9) e 12 acções contestadas, das quais 7 foram de interdição.

No que respeita ao contencioso patrimonial do Estado, o Ministério Público propôs 1 acção (no valor de 2.657,87 euros).

Foram interpostos 4 recursos, tendo o Ministério Público respondido em 6.

#### ***b) Processos Administrativos***

Na área cível foram instaurados 427 processos administrativos, 347 dos quais tendo em vista a iniciativa/intervenção processual do Ministério Público, 62 destinados a acompanhamento de outros processos e 18 tendo por objecto outros assuntos da competência do Ministério Público.

#### ***c) Atendimento ao Público***

Ocorreram, no ano judicial, 17 situações de atendimento ao público nesta área, tendo em vista a iniciativa/intervenção processual do Ministério Público (7) e tratar outros assuntos da sua competência (10).

### **1.2. Iniciativas desenvolvidas pela Procuradoria da Comarca**

#### ***a) Publicação de instrumentos hierárquicos sobre distribuição de cargas processuais, no respeito pelo princípio da especialização***

- A Afectação de Processos Administrativos de outra instância local à Secção Cível da Instância Local de Viseu: foi proferido o Despacho n.º 19/2015, de 22 de Outubro, antes referido, visando mais equilíbrio na distribuição de serviço e maior celeridade e eficácia processuais.

- A Definição de Procedimentos de Tramitação dos Processos Administrativos transmitidos à Secção Cível da Instância Local de Viseu: o Despacho n.º 24/2015, de 27 de Novembro, veio estabelecer os termos que devem reger a tramitação desses processos, com o menor sacrifício de meios e de tempo e, sobretudo, com o menor transtorno para as pessoas que,





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

para audição no âmbito desses autos, tenham que deslocar-se às instalações judiciais, atenta a considerável extensão territorial desta comarca e a deficiente rede de transportes públicos existente.

- A Titularidade de Processos Administrativos Instaurados na Sequência de Atendimento e Destinados a Propositura de Acção ou outro Procedimento: foi emitida a Recomendação n.º 5/2015, de 20 de Setembro, definindo boas práticas que privilegiem a relação de confiança estabelecida aquando do atendimento inicial e a adequada gestão do processo.

***b) Defesa dos recursos hídricos e da qualidade ambiental***

Foi proferido despacho, em 6 de Outubro de 2015, determinando a instauração de processo de inquérito, para recolha de informação e de prova, relativamente a uma situação, noticiada pela comunicação social, de poluição de curso de água.

O magistrado coordenador tem vindo a acompanhar, no âmbito de um processo administrativo por si instaurado e titulado, o desenvolvimento registado nas condições em que tem vindo a ser efectuadas as descargas de efluentes urbanos da sede de um dos municípios integrantes da área desta comarca, reclamando estabelecimento de parâmetros mínimos de qualidade, nos valores de tais descargas, e o seu controlo pelos Serviços do Ministério do Ambiente/Agência Portuguesa do Ambiente, perante a constatada insuficiência da respectiva estação de tratamento e a necessidade de ser construída – com projecto e financiamento já aprovados – novo e adequado colector e sistema de tratamento. Tudo sem prejuízo do levantamento de autos de notícia para procedimento contra-ordenacional ou criminal, sempre que for verificado motivo.

**1.3. Breve análise dos resultados à luz dos objectivos fixados para 2015/2016**

A actividade do Ministério Público tem permitido alcançar de forma adequada o cumprimento dos objectivos definidos, nomeadamente:

- imprimindo, em concertação com a Procuradoria-Geral Distrital, rigor e qualidade à intervenção nos processos em que é parte o Estado-Administração;
- actuando de forma activa na defesa dos interesses dos incapazes;
- tomando a iniciativa da defesa de interesses colectivos (baldios) e da qualidade ambiental;
- fomentando a divulgação de boas práticas, a partilha de conhecimentos e a troca de experiências entre magistrados.

**2. Área Penal**

Nesta comarca foi organizado um Departamento de Investigação e Acção Penal, constituído por secções em Lamego e em Viseu e por secção única em cada uma das instâncias locais de Cinfães, Mangualde, Moimenta da Beira, Nelas, S. Pedro do Sul, Santa Comba Dão, Sátão e Tondela.

Em Lamego e em Viseu, o DIAP está desdobrado em 1ª e 2ª Secções, competindo, à primeira, a direcção dos processos de investigação à criminalidade mais grave e tendencialmente mais complexa, de um modo geral prevista no artigo 7º da LOIC. Esta 1ª secção aglutina os inquéritos respeitantes a esses tipos de criminalidade da competência territorial da secção de instância local onde estão sediados bem como das secções limítrofes (no caso de Lamego, recebe os processos de Cinfães e de Moimenta da Beira e, no caso de Viseu, os processos das demais instâncias locais).





## MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU

A 2ª Secção de Viseu passou, recentemente, por uma reestruturação, sendo desdobrada em duas subsecções, passando a caber à primeira a investigação dos crimes contra as pessoas e a família (que não sejam da competência da 1ª Secção ou do Senhor Procurador da República Coordenador do DIAP) e, à segunda subsecção, a investigação dos crimes contra o património e os demais (também com a reserva apontada).

Ao Senhor Procurador da República Coordenador do DIAP passou a competir a direcção dos processos instaurados por crimes contra vítimas especialmente vulneráveis, crimes praticados na comunidade escolar e contra profissionais de saúde e crimes por e contra agentes de autoridade.

Magistrados, funcionários e órgãos de polícia criminal têm unanimemente considerado vantajosa esta estruturação dos serviços, porque propiciadora de maior experiência e, agora com esta nova reestruturação em Viseu e como se espera, de um nível de especialização ainda mais elevado e, consequentemente, de maior eficácia.

### **2.1. Apresentação dos principais dados estatísticos:**

#### ***a) Inquéritos***

##### **a.1) Movimento e formas de processo**

O número de inquéritos entrados durante o ano judicial de 2015/2016 foi de 10.652. De entre estes, 4.438 processos (41,66%) foram registados e distribuídos contra pessoa desconhecida que, no entanto e em apreciável número de casos, veio a ser identificada, antes ainda de encerrado ou inquérito ou a motivar a sua reabertura e prosseguimento. O número de inquéritos movimentados, naquele ano, foi de 16.615.

O número de inquéritos findos no período a que respeita este relatório foi de 11.428, superando, em 776, o número ao de inquéritos entrados. Ficaram pendentes 5187 processos, dos quais 3670 (70,75%) datam de há menos de 8 meses. Os inquéritos pendentes autuados no ano de 2013 eram, a 31/8/2016, de 132 (são actualmente 103, descontados 6 em SPP) e de momento ainda anterior eram 47 (presentemente são 24, deduzidos os 6 em SPP e os 14 com tramitação suspensa, por força do disposto no artigo 47º, do RGIT).

O número de acusações deduzidas durante o ano judicial foi de 1.458, isto é, 12,75% dos processos findos. Quanto à forma de processo utilizada, 1.121 das acusações foram deduzidas em processo comum [106 das quais para julgamento em tribunal colectivo (9,45%) e 207 com recurso ao nº 3 do artigo 16º CPP (18,46%)], 61 (5,44%) em processo abreviado e 276 (24,62%) em processo sumaríssimo.

A suspensão provisória do processo foi aplicada em 848 inquéritos (36,77% daqueles em que foram recolhidos indícios suficientes da responsabilidade criminal).

A utilização das formas de processo abreviado e sumaríssimo, do arquivamento por dispensa de pena (9) e da suspensão provisória do processo ocorreu em 51,77% dos inquéritos findos em que foram obtidos indícios suficientes de responsabilidade criminal.

##### **a.2) Medidas de Coacção Privativas da Liberdade**

Apenas 39 arguidos foram sujeitos a medidas de coacção privativas da liberdade, 34 a prisão preventiva e 5 à obrigação de permanência na habitação, com vigilância electrónica.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

**a.3) Dados respeitantes a escutas telefónicas realizadas durante o ano judicial de 2015/2016**

Instância Local	Nº de alvos	Crimes em que mais se utilizou este meio de obtenção de prova
Lamego	13	Tráfico de estupefacientes, Violação
Mangualde	5	Tráfico agravado de estupefacientes
Moimenta da Beira	1	Tráfico de estupefacientes
Nelas	7	Tráfico de estupefacientes
S. Pedro do Sul	2	Tráfico de estupefacientes
Viseu	23	Tráfico de estupefacientes, Roubo/Sequestro, Tráfico/Mediação de armas e Furto qualificado
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<i>Tráfico de estupefacientes, Tráfico/Mediação de armas, Roubo/Sequestro, Violação e Furto qualificado</i>

**a.4) Fenómenos Criminais Objecto dos Inquéritos**

O fenómeno criminal que determinou a instauração de um maior número de inquéritos foi a violência conjugal ou equiparada, na esmagadora maioria das situações contra as mulheres (94,70%), tendo sido exercida a acção penal ou declarada a suspensão provisória do processo em 27,17% dos casos findos.

Seguem-se os crimes praticados através da internet (acusação ou suspensão provisória do processo em 10% dos inquéritos findos), os crimes estradais (acusação ou suspensão provisória do processo em 59,20% dos inquéritos findos), os crimes de incêndio florestal (acusação ou suspensão provisória do processo em 25% dos inquéritos findos), os crimes de furto, roubo e receptação de metais não preciosos (acusação ou suspensão provisória do processo em 7,40% dos inquéritos findos), os crimes de tráfico de estupefacientes (acusação ou suspensão provisória do processo em 38% dos inquéritos findos) e os crimes de abuso sexual de menores (acusação ou suspensão provisória do processo em 30,55% dos inquéritos findos).

**a.5) Resultados da Suspensão Provisória do Processo**

Durante o ano judicial de 2015/2016 atingiram o termo do prazo de suspensão 975 inquéritos, vindo a ser deduzida acusação em 105 (10,76%).

**a.6) Mediação Penal:** Não se encontra disponível em Viseu. Nada, pois, a assinalar.

**b) Processo Sumário**

Foram recebidos no ano judicial, na globalidade das instâncias locais da comarca de Viseu, 859 autos de notícia tendo em vista o julgamento em processo sumário. Apenas 11 (1,28%) foram remetidos para inquérito (8 pelo Ministério Público e 3 pelos magistrados judiciais).

Nos processos em que foi exercida a acção penal, foi requerido o julgamento em 367 casos (44,65%) e decidida a suspensão provisória do processo em 455 outros (55,35%).

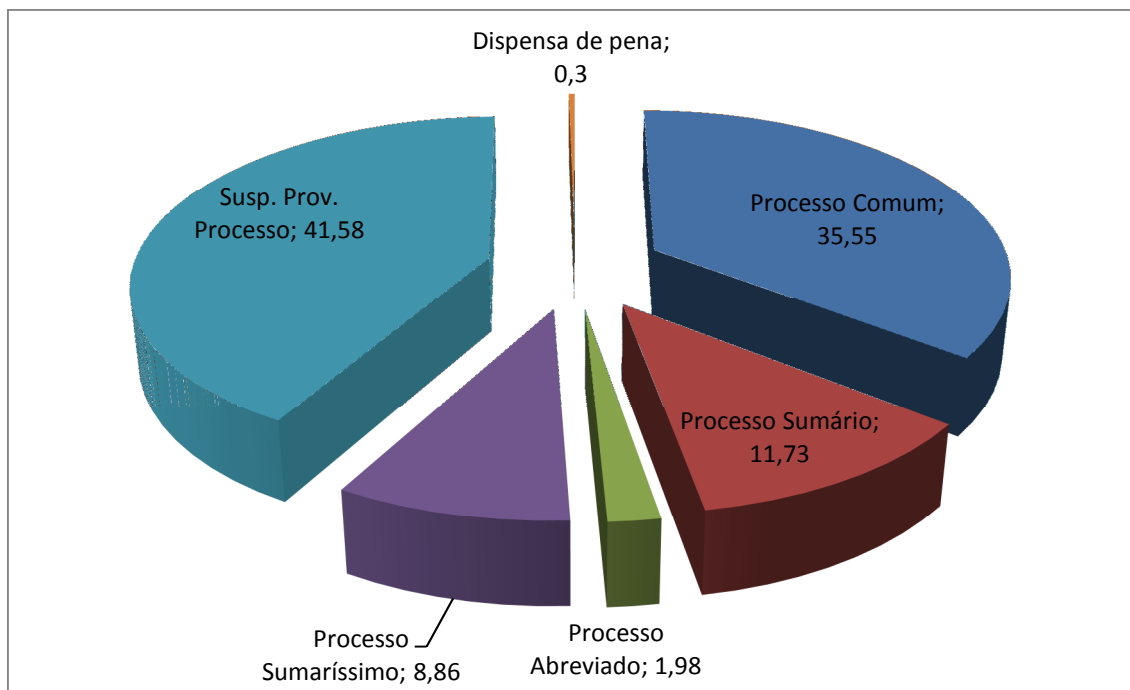


**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

*c) Tratamento da Pequena e Média Criminalidade*

Neste particular, foi muito significativa a utilização, pelo Ministério Público, das formas processuais simplificadas e de consenso. Como acima se apontou, a utilização das formas de processo abreviado e sumaríssimo, do arquivamento por dispensa de pena (9) e da suspensão provisória do processo ocorreu em 51,77% dos inquéritos findos em que foram obtidos indícios suficientes de responsabilidade criminal.

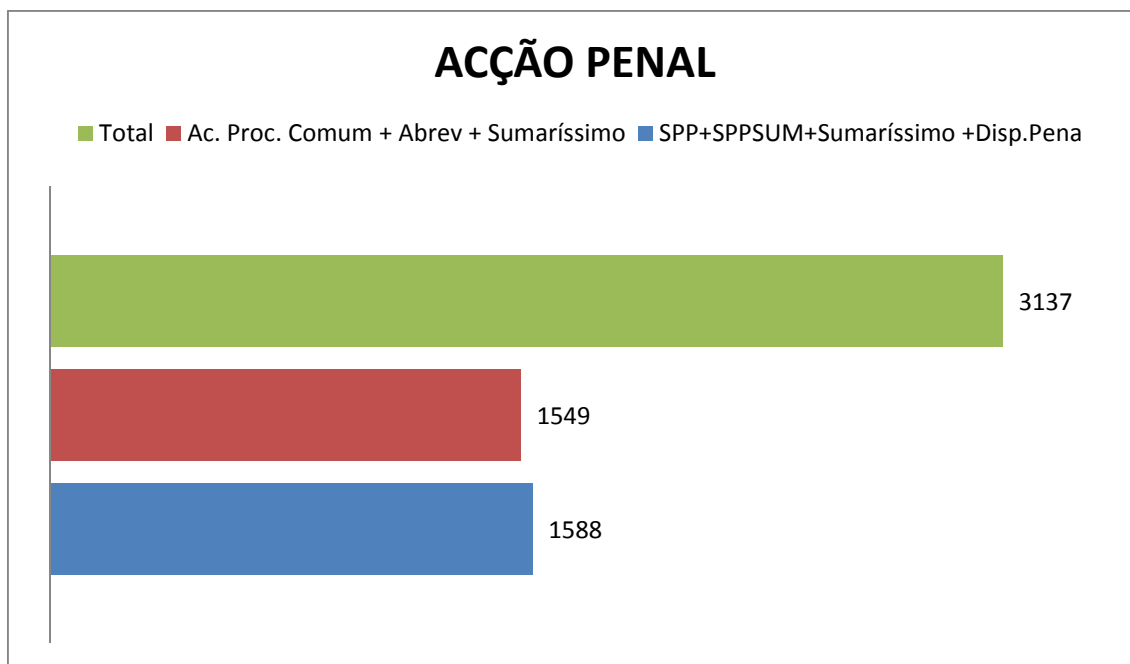
Se tomarmos em consideração também os processos tramitados sob a forma sumária, a percentagem dos procedimentos criminais em que, tendo sido recolhida suficiência de indícios, não foi mobilizada a forma comum atinge os 64,45%, como de seguida ilustrado.



Coube ao MP, na maioria dos casos, a iniciativa de definir as consequências concretas para o arguido da prática do crime, porquanto a suspensão provisória do processo, a utilização do processo especial sumaríssimo e a decisão de arquivamento por dispensa de pena, no seu conjunto, correspondem a 50,62% desse universo de processos, como se poderá verificar na representação gráfica seguinte.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**



***d) Instrução***

As instruções, requeridas pelos arguidos e pelos assistentes, foram, respectivamente, de 137 e 54, num total de 191, sendo globalmente movimentadas 250 no ano. Ficaram pendentes 62 para o ano judicial seguinte.

Num total de 96 instruções findas, das requeridas pelos arguidos, foi proferido despacho de não pronúncia em 17 (17,70%) e despacho de pronúncia em 79 (82,29%).

Num total de 21 instruções findas, das requeridas pelos assistentes, foi proferido despacho de pronúncia em 9 (42,86%) e de não pronúncia em 12 (57,14%).

***e) Processos em Fase de Julgamento***

Foram movimentados 3.637 processos na fase de julgamento, tendo sido resolvidos 2.250. Houve lugar a condenação em 1551 (87,825) da totalidade dos casos submetidos a julgamento e a 215 absolvições (12,175%).

***f) Recursos***

O número de recursos penais interpostos pelo Ministério Público foi de 44, tendo respondido a 345 motivações de recurso apresentadas por outros sujeitos processuais.

Dos 18 recursos interpostos pelo Ministério Público que foram decididos no ano judicial pelo Tribunal da Relação de Coimbra, 11 (10+1) foram total ou parcialmente providos (61,11%). Dos 176 também decididos e interpostos por outros sujeitos processuais, 97 (62+35) foram total ou parcialmente providos (55,11%).

***g) Prescrições***

Continua a ser objecto de particular atenção a ocorrência de situações de prescrição de procedimento criminal. No ano judicial de 2015/2016, tal sucedeu em cinco (5) casos, na sua maioria resultante de participação tardia, sem responsabilidade de magistrados, oficiais de justiça ou órgãos de polícia criminal.



## MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU

A ocorrência da prescrição do procedimento criminal é sempre objecto de comunicação documentada à Procuradoria-Geral Distrital.

Nesta matéria e em complemento à Ordem de Serviço n.º 4/2011-PGD de Coimbra, foi emitida a Recomendação n.º 3/2016, de 25 de Maio, sobre práticas preventivas da ocorrência de prescrição do procedimento criminal.

### *h) Recuperação de Activos*

Ao Gabinete de Recuperação de Activos (GRA) foram efectuados, durante o ano judicial, quatro (4) pedidos de intervenção, tendo em vista a apreensão de bens e valores que garantam a reposição de vantagens patrimoniais resultantes da prática de crimes, imputados nas acusações deduzidas, no montante global de 126.019,21euros.

Estiveram em causa, predominantemente, crimes de tráfico de estupefacientes e de fraude na obtenção de subsídio.

No decurso do último ano judicial, não foi dirigida, ao Gabinete de Administração de Bens (GAB) qualquer solicitações tendo em vista a administração e/ou venda de bens apreendidos ou declarados perdidos a favor do Estado em processo criminal.

### *i) Cartas Rogatórias*

Foram cumpridas pelo Ministério Público 10 cartas rogatórias.

### *j) Internamento Compulsivo*

Foram instaurados no ano judicial 129 processos de internamento compulsivo, com marcante incidência na I.L. de Viseu. Foram movimentados 145 processos, dos quais findaram 115.

### *k) Recursos em processo de contra-ordenação*

Foram apresentados em juízo pelo Ministério Público 161 recursos de impugnação em matéria contra-ordenacional, tendo sido decididos 114, no ano judicial.

Daqueles em que foi proferida decisão de mérito (119), 56 foram providos total ou parcialmente (47,05%).

### *l) Processos Administrativos*

Foram instaurados 134 processos administrativos respeitantes a assuntos da jurisdição penal, 104 dos quais tendo em vista a iniciativa/intervenção processual.

### *m) Atendimento ao Público*

Na área penal, o Ministério Público efectuou 30 actos de atendimento ao público, a esmagadora maioria dos quais tendo em vista a iniciativa/intervenção processual (20).

### *n) Decisões Hierárquicas*

Foram proferidas 37 decisões hierárquicas nos termos do disposto no artigo 278º, do CPP.

Registaram-se dois casos de conflito negativo de competência, um deles entre a Secção Única de Cinfães (Viseu) e Marco de Canavezes (Porto Este) e um outro entre Viseu e a Guarda, decididos pelo Senhor Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

O Magistrado Coordenador decidiu favoravelmente o pedido de escusa, formulado por um Senhor Procurador da República, designando Magistrado substituto para a intervenção processual em causa.

Propôs, ao Senhor Procurador-Geral Distrital, decisão de deferimento de competência investigatória ao DIAP da comarca sede do Tribunal da Relação, em quatro (4) processos, no que foi superiormente atendido.

***n) Operações especiais de prevenção criminal***

Realizaram-se, na área desta comarca, sete (7) operações especiais de prevenção criminal, abrangendo a área territorial dos municípios de Mortágua, Santa Comba Dão, Mangualde, Vouzela, Castro Daire, Moimenta da Beira, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva.

**2.2. Outras iniciativas desenvolvidas pela Procuradoria da Comarca**

***a) Estrutura de apreciação das denúncias anónimas e de decisão sobre o destino dessas notícias***

*Pelo Despacho n.º 2/2016, de 25 de Fevereiro – “Análise centralizada de denúncias anónimas - alteração na composição do Conselho de Coordenação”, avaliou-se o funcionamento e actualizou-se a composição daquela estrutura criada, em 16 de Junho de 2016, para apreciar as denúncias anónimas recebidas, nesta comarca e para decidir sobre a sua relevância criminal.*

***b) Acompanhamento bimestral da actividade processual do Ministério Público***

Procedeu-se à análise dos mapas estatísticos bimestrais respeitantes ao movimento de inquéritos, suspensões provisórias do processo e processos sumários, monitorizando-se objectivos definidos para a área criminal, transmitindo-se essa informação estatística à Procuradoria-Geral Distrital e, recebido o resultado da apreciação aí superiormente efectuada, comunicando-o aos Senhores magistrados em exercício de funções nesta área.

***c) Medidas de gestão de recursos humanos***

Foram emitidos diversos documentos hierárquicos, enunciando medidas de gestão, relacionadas com impedimento prolongado de magistrados e com a resposta às exigências de serviço. Assim e a título exemplificativo:

- Ordem de Serviço n.º 10/2015, de 7 de Setembro, que procede a distribuição de serviço dos magistrados do Ministério Público na Instância Local de Moimenta da Beira, em razão de impedimento prolongada de uma Senhora Procuradora-Adjunta aí colocada.

- Ordem de Serviço n.º 11/2015, de 21 de Setembro, a redistribuir, de forma funcional, equilibrada e produtiva o serviço dos magistrados do Ministério Público na Instância Central – Secção Criminal de Viseu, na sequência de reafecção de um Senhor Procurador-Adjunto.

- Ordem de Serviço n.º 1/2016, de 2 de Fevereiro, a distribuir, no decurso de impedimento de magistrada colocada na Instância Local de Mangualde, o serviço do Ministério Público e redistribuindo, em razão dessa substituição, o serviço nas Secções de Instância Local de Santa Comba Dão e Tondela.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

- Ordem de Serviço n.º 2/2016, de 17 de Fevereiro, a afectar temporariamente, por um conjunto de magistrados, os inquéritos da 2ª Secção do DIAP de Viseu, titulados por uma Senhora Procuradora-Adjunta funcionalmente impedida e de modo a evitar acumulação processual.

***d) Propostas de gestão de recursos humanos - reafecção de magistrados***

A limitação de quadro de magistrados, nomeadamente na Secção Criminal da Instância Central de Viseu, tem vindo a impor a proposta [artigo 101º, n.º 1, al. f), da Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto], ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) de reafecção de um Senhor Procurador-Adjunto a essa secção. Tal havia ocorrido já no ano judicial de 2014/2015 (Acórdão da Secção Permanente do CSMP, de 22 de Abril de 2015). Também pela escassez de quadro de magistrados e na inviabilidade de resposta do quadro complementar de Coimbra, por se encontrarem então alocados todos os seus magistrados, se recorreu já, em 27 de Abril de 2015, por via hierárquica, a proposta de colocação, em acumulação, de um magistrado da instância local de Sátão, na instância local de Moimenta da Beira [al. h), do n.º 1, daquele artigo 101º], em substituição de Colega prolongadamente impedida – proposta que a Secção Permanente do CSMP acolheu, no seu Acórdão de 7 de Maio de 2015.

Em 17 de Setembro de 2015, apreciando nova proposta de reafecção e ainda nos termos do disposto no citado artigo 101º, n.º 1, al. f), a Secção Permanente do CSMP deliberou, também desta vez, reafectar um Senhor Procurador-Adjunto à Secção Central da Instância Central de Viseu.

Esta medida veio permitir, além de uma distribuição de serviço mais equilibrada, que o Ministério Público oferecesse uma resposta célere e de grande qualidade às imensas exigências de serviço aí colocadas e participasse no grande esforço de recuperação de produtividade e de dilação no agendamento de audiências de julgamento, de resto, com evidente sucesso, como o demonstraram e demonstram as taxas de resolução e de eficácia processuais dessa secção.

***e) Pedidos de aceleração processual***

Foram instruídos, ao longo do anterior ano judicial, quatro pedidos de aceleração processual que, por via hierárquica, foram transmitidas à PGR. Num dos pedidos veio a ocorrer inutilidade superveniente, por haver sido proferida decisão de encerramento do inquérito (acusação) e, nos restantes, foi proferida decisão de improcedência, com estabelecimento de prazo para conclusão dos actos processuais imprescindíveis e decisão de encerramento do inquérito.

***f) Procedimentos de comunicação e prazo de confirmação judicial no internamento compulsivo urgente***

Nesta matéria, foi emitida a Recomendação n.º 1/2016, de 25 de Janeiro, sugerindo práticas preventivas de falhas de comunicação e de decisão de confirmação judicial.

***g) Recuperação de activos***

A sentida necessidade de sensibilizar os magistrados do Ministério Público para esta forma de combate à criminalidade geradora de maiores proveitos ilícitos e de os familiarizar com estas novas práticas, motivou a Recomendação n.º 2/2016, de 26 de Abril, já na linha de outros meios informais de sensibilização, que vai prosseguir.





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

**2.3. Breve análise dos resultados à luz dos objectivos para 2015/2016**

a) Sendo a direcção do inquérito e o exercício da acção penal uma função essencial do Ministério Público na área penal, segue-se a avaliação sucinta do respectivo movimento processual e dos resultados obtidos.

<b>Movimento Processual</b>				
<b>Comarca de Viseu</b>				
	<b>Entrados</b>	<b>Movimentados</b>	<b>Findos</b>	<b>Pendentes em 31.08.2015</b>
Processos de Inquérito	10.652	16.515	11.428	5187

Taxa de resolução processual (*número de processos findos / número de processos entrados*):

<b>Comarca de Viseu</b>	
Taxa de resolução processual (%)	107,28

Taxa de eficácia processual (*número de processos findos/soma dos números de processos entrados e pendentes*):

<b>Comarca de Viseu</b>	
Taxa de eficácia processual (%)	72,15

Taxa de congestão processual (*número total de processos pendentes / número total de processos findos*):

<b>Comarca de Viseu</b>	
Taxa de congestão processual (%)	45,39

Acusações deduzidas:

<b>Comarca de Viseu</b>	
Em processo Comum Colectivo	106
Em processo Comum Singular	1015
Total	1121

Inquéritos registados em anos anteriores e pendentes em 31/08/2016:





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

Pendentes	Comarca de Viseu
Registados em 2013	132
Registados em 2012	28
Registados antes de 2012	19

A este total de 179 inquéritos há mais tempo pendentes, deverá ser deduzido o número de processos provisoriamente suspensos (12) e o número de inquéritos que, nos termos do disposto no artigo 47º, do RGIT, se encontram com tramitação suspensa (14).

Ainda assim e impondo-se um acrescido esforço na conclusão do inquérito, nesses processos, numa altura em que o seu número de pendência se mostrava entretanto sensivelmente diminuído, a Recomendação n.º 5/2016, de 17 de Novembro.

b) O DIAP da comarca está organizado para, sem prejuízo da competência reservada ao DCIAP e ao DIAP distrital, concentrar, na 1ª Secção de Lamego e de Viseu, os casos mais graves e tendencialmente mais complexos (artigo 7º da LOIC).

c) O uso das formas especiais de processo e do instituto da suspensão provisória teve um impulso muitíssimo significativo. A prová-lo está a utilização em 51,77% dos inquéritos das formas de processo abreviada e sumaríssima, da suspensão provisória do processo e do arquivamento por dispensa de pena. E, considerando também a aplicação do processo sumário, a não utilização da forma comum em 64,45% dos processos em que foram recolhidos indícios suficientes.

O processo sumário foi plenamente utilizado, pois apenas menos de 1% dos autos de notícia recebidos foram remetidos para inquérito, enquanto a suspensão provisória do processo foi aplicada em 55,35% dos casos em que foi exercida a acção penal.

d) O esforço de articulação entre as fases de investigação, instrução e julgamento tem vindo a prosseguir, incentivando-se os magistrados a mais frequente diálogo.

e) A recuperação de activos está ainda numa fase inicial de construção de boas práticas e de mobilização para o uso das estruturas criadas para o efeito. Vai prosseguir a sensibilização para o tema.

### **3. Área do Direito da Família e Menores**

A Instância Central da Comarca de Viseu é integrada por duas secções especializadas nesta jurisdição, que se encontram sediadas em Lamego e em Viseu.

Na interlocução das vinte e três (23) Comissões de Protecção de Crianças e Jovens existentes na área territorial desta comarca participam Procuradores-Adjuntos que exercem funções em secções locais, ainda que sob a coordenação e em directa articulação com os Senhores Procuradores da República colocadas nessas secções especializadas.

O atendimento ao público sobre questões do direito da família e das crianças é efectuado não só nas secções de família e menores mas também nas secções locais situadas fora dos concelhos onde aquelas estão sediadas, também com a coordenação e em directa articulação com os Procuradores da República da respectiva secção especializada, de modo a facilitar o



## MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU

acesso dos cidadãos à justiça. Ainda neste sentido e a partir das secções locais, sempre que necessário e adequado, encontram-se disponíveis meios de comunicação à distância (v.g. a videoconferência), para assegurar a troca directa de informação, entre os utentes e o magistrado desta jurisdição especializada.

### **3.1 Apresentação dos principais dados estatísticos**

#### ***a) Procedimentos previstos no DL n.º 272/2001***

No que respeita aos procedimentos previstos no Decreto-Lei 272/2001, de 13 de Outubro, foram movimentados 37 processos, 21 dos quais entrados no ano judicial, todos visando autorização para a prática de actos.

O Ministério Público decidiu 24 destes processos durante o ano judicial (64,86%) dos movimentados) e proferiu despacho de improcedência em 4 (16,67%) desses casos, sem que se registasse qualquer pedido de reapreciação judicial.

Transitaram 13 processos para o ano seguinte.

#### ***b) Processos Tutelares Cíveis***

O Ministério Público instaurou, ao longo do último ano judicial, 468 processos tutelares cíveis, na sua esmagadora maioria respeitantes à regulação do exercício das responsabilidades parentais (195), à alteração dessa regulação (73) e ao incidente de incumprimento da regulação dessas responsabilidades (162).

Deu parecer sobre os acordos de regulação do exercício das responsabilidades parentais em 286 acções de separação de pessoas e bens e de divórcio que correram termos nas Conservatórias do Registo Civil.

Na assessoria técnica nos processos tutelares cíveis, pela EMAT, registou-se demora excessiva no envio dos relatórios e informações sociais e na audição técnica especializada a exceder o prazo máximo legalmente previsto, sendo a morosidade de cerca de dois meses nos relatórios para intervenção do Fundo de Garantia de Alimentos.

#### ***c) Averiguações Oficiais de Paternidade/Maternidade***

O número de averiguações oficiais instauradas no ano judicial de 2015/2016 foi de 23, tendo sido movimentado um total de 41. Dos 20 processos concluídos, 17 foram-no por reconhecimento da paternidade, por perfilhação (85,00%).

#### ***d) Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças e Jovens em Perigo***

Foram 184 os processos judiciais de promoção e protecção iniciados no ano judicial (172 dos quais da iniciativa do Ministério Público).

No final do ano judicial, encontravam-se 8 processos pendentes há mais de 6 meses sem decisão, muito embora e de entre eles 6 tivessem medida provisória aplicada.

Das 102 medidas de promoção e protecção tomadas, na sua esmagadora maioria por acordo (96,07%), 56 (54,90%) foram medidas em meio natural de vida, 9 (8,82%) de confiança com vista à adopção e 37 (36,27%) de acolhimento institucional.

A assessoria técnica prestada pelo Centro Distrital de Segurança Social/EMAT, justificou sérios reparos: porque o envio do primeiro relatório/informação social solicitado, imprescindível à intervenção judicial e à determinação da medida de promoção e protecção a



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

aplicar, era efectuado tardiamente; porque os relatórios de acompanhamento das medidas aplicadas, apesar de não dependentes de solicitação do Tribunal, chegavam normalmente muito, mesmo muitos meses para além do prazo de revisão dessas medidas, sempre após várias insistências e, por vezes, com cominação de multa, chegando mesmo a ocorrer efectiva aplicação de multa processual; porque, por vezes, quando solicitadas a indicação de técnico gestor (para efeitos do disposto no artigo 82ºA da LPCJP) e a presença deste nas primeiras diligências a ter lugar no processo de promoção e protecção, acontecia chegar técnico que ainda não se havia inteirado da situação e não efectuara qualquer contacto com o processo e/ou intervenientes; porque, quando solicitada a presença de Psicólogo da EMAT em diligência, chegava a verificar-se que, por morosidade interna na distribuição de serviço, o Psicólogo não comparecia ou, comparecendo, ainda não havia tido contacto com o processo e/ou intervenientes; porque, no âmbito das medidas de apoio no meio natural de vida, nem sempre existiu um efectivo e contínuo acompanhamento das situações em análise.

Estas insuficiências e deficiências de assessoria técnica, tal como aquelas antes apontadas para os processos tutelares cíveis, conforme reportado pelos Senhores Procuradores da República nas Secções de Família e Menores, têm vindo a ser superadas, posteriormente a uma reunião, no Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, entre a sua Direcção e Coordenação Técnica e a Juiz Presidente e o Magistrado Coordenador da Comarca.

Há também nota de subsistência de insuficiências, na disponibilidade de informação pericial, por parte do INML – IP, ocorrendo dilação significativa (dois a três meses), no agendamento de exame/avaliação solicitado. Acompanhar-se-á atentamente esta situação e procurar-se-á contribuir para a sua resolução.

O Ministério Público instaurou 10 procedimentos de urgência (artigos 91º e 92º LPCJP), tendo sido judicialmente confirmada a situação de perigo em 100% dos casos.

Os magistrados interlocutores das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens não estiveram presentes nas reuniões das comissões na modalidade alargada, pese embora o seu empenhamento no desempenho das suas competências, a sua disponibilidade nos múltiplos contactos e o facto de chegarem a reunir com elementos da CPCJ, cooperando e fiscalizando a actividade desses órgãos. Não obstante as limitações de quadro e o intenso serviço judiciário que consome o seu quotidiano, os Senhores magistrados interlocutores deverão passar a organizar-se de modo a assumirem a formal e efectiva partilha, em sede de CPCJ, das preocupações destas entidades e a melhor fiscalizarem a sua actividade.

Verificaram 57 processos respeitantes a maus-tratos, negligência grave e abusos sexuais.

De um universo superior a duas centenas de comunicações recebidas das CPCJ (e, daí e por iniciativa do Ministério Público, foram instaurados 176 processos judiciais de promoção e protecção), 98 não motivaram esse procedimento, por motivos diversos e, designadamente, por se tratar de casos que, após averiguação, levaram a concluir pela ausência de risco, ou de casos respeitantes a crianças filhos de emigrantes que entretanto deixaram o país, ou em que foi atingida a maioria.

Foram ainda recebidas das CPCJ, 7 outras comunicações para instauração de procedimentos tutelares cíveis. Importa notar que este número diminuto se reporta geralmente a casos detectados em municípios periféricos, relativamente à sede das Secções de Família e Menores, com as CPCJ a revelarem a preocupação de evitar às famílias, sempre que possível, deslocações onerosas e morosas a Lamego ou a Viseu. Por isso e porque também, por regra, se tratavam de casos já conhecidos da CPCJ (em acompanhamento familiar), existia uma vasta informação recolhida e que era transmitida, com a comunicação, ao Ministério Público, para



## MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU

eventual propositura de acção tutelar cível que passara a ser reclamada pelo interesse da criança ou do jovem inserido nesses agregados familiares. Na generalidade dos demais casos, detectados pelas CPCJ, a prática é a de encaminhar os interessados ou potenciais intervenientes, para o atendimento do Ministério Público, o que tem dispensado a comunicação.

Durante o ano judicial, os magistrados do Ministério Público com actividade na jurisdição de família e menores visitaram 2 instituições de acolhimento sediadas na comarca.

### *e) Lei Tutelar Educativa*

No ano judicial de 2015/2016, foram movimentados 216 inquéritos tutelares educativos, 119 dos quais iniciados nesse período. Findaram 161 e ficaram pendentes, em 31 de Agosto de 2015, os mais 55 processos.

Do total dos inquéritos findos, 110 foram por arquivamento (68,32%). Em 23 dos inquéritos em que foram apurados indícios suficientes dos factos e da necessidade de educação do menor para o direito, houve lugar à suspensão do processo e, em 8 outros processos foi requerida a abertura da fase jurisdicional, motivando a aplicação de seis medidas não institucionais.

Não se registou qualquer caso de aplicação de medida de internamento em Centro Educativo.

Os factos com maior relevância quantitativa investigados nos inquéritos tutelares educativos foram os que integram a prática de crimes de ofensa à integridade física, furto e dano.

Muito embora a assessoria técnica, pela Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, não seja ainda a mais desejável, tem vindo a notar-se uma recuperação no tempo de resposta às solicitações dos Senhores Magistrados, desde que, há já mais de um ano, houve oportunidade de proceder a uma reunião, por iniciativa da Senhora Juiz Presidente e do Magistrado Coordenador, com a Equipa da DGRSP e a sua Coordenadora, identificando factores de morosidade e ponderando soluções de agilização e simplicidade que, passando a ser implementadas, trouxeram mais celeridade na prestação da informação social. Daí que, nos seus relatórios, os Senhores Procuradores da República nas Secções de Família e Menores – à semelhança, de resto, de outros magistrados de outras secções também assessorados pela DGRSP, não imputem, a esta entidade, especiais situações de morosidade.

### *f) Recursos*

O Ministério Público não interpôs qualquer recurso, havendo respondido em 14. Destes, foram decididos 7, havendo sido providos 3 e não providos 4.

### *g) Processos Administrativos*

Foram instaurados 561 processos administrativos respeitantes a assuntos da jurisdição de família e menores, dos quais 512 (91,26%) tiveram em vista a recolha de elementos para a iniciativa e intervenção processual do Ministério Público.

Nestes processos, a aguardar relatório da EMAT para ponderação da pertinência na propositura de acção judicial [vindos das CPCJ, no caso de Penedono, onde não se encontra instalada CPCJ, directamente das entidades de primeira linha de intervenção], os atrasos são manifestamente significativos, chegando a existir casos de morosidade de um ano e, com frequência, quatro ou cinco meses. Como houve oportunidade de transmitir à Direcção do CDSS de Viseu e mereceu a devida compreensão e adequada



## MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU

acção, não se trata aqui de uma assessoria menos exigente, uma vez que será a partir desses processos e da informação social transmitida ao Ministério Público que se poderá iniciar uma intervenção judicial, que se pretende sempre célere. Também aqui os progressos, nessa assessoria técnica, passaram a ser notórios.

### *h) Atendimento ao Público*

O Ministério Público tem vindo a desenvolver uma cuidada actividade de atendimento dos cidadãos nesta área, tendo sido registados, no ano judicial de 2015/2016, 341 actos de atendimento ao público: 291 tendo em vista a iniciativa e intervenção processuais do Ministério Público em defesa dos interesses das pessoas a quem deve representação (85,33%); 3 sobre processos em curso ou já findos e 47 sobre outros assuntos (13.78%).

### *i) Decisões Hierárquicas*

Durante o ano judicial não ocorreu qualquer conflito negativo de competência respeitante a inquérito tutelar educativo e o desempenho funcional dos Senhores Procuradores da República na jurisdição de Família e Menores não deu aso a reclamação que motivasse a intervenção processual do Magistrado Coordenador.

## **3.2 Iniciativas desenvolvidas pela Procuradoria da Comarca**

### *a) Acompanhamento bimestral dos processos de promoção e protecção e de inquéritos tutelares educativos*

Procedeu-se à análise dos mapas estatísticos bimestrais respeitantes ao movimento de processos de promoção e protecção e de processos tutelares educativos, monitorizando-se objectivos definidos para a área criminal, transmitindo-se essa informação estatística à Procuradoria-Geral Distrital e, recebido o resultado da apreciação aí superiormente efectuada, comunicando-o aos Senhores magistrados em exercício de funções nesta área.

### *b) Reunião com a Direcção do CRSS de Viseu*

Já no início do ano judicial em curso e visando ultrapassar as graves dificuldades de assessoria técnica vivenciadas, o Magistrado Coordenador participou em reunião com a Direcção do Centro Distrital de Segurança Social, havendo oportunidade de transmitir, aos Senhores Procuradores da República nas Secções de Família e Menores de Lamego e de Viseu, nota do que, com relevo, se discutiu e alcançou nessa sessão de trabalho.

### *c) Turnos de fim-de-semana e de férias*

Através dos Despachos n.º 13/2015, de 8 de Setembro e n.º 16/2015, de 1 de Outubro, ambos desta Procuradoria, na linha da Ordem de Serviço n.º 21/14, de 26/9/2014, do Senhor Procurador-Geral Distrital e observando as “regras mínimas” aí referidas, foram estabelecidos critérios a orientar a organização dos turnos de fim-de-semana e dos períodos de férias judiciais, sendo definida a área de família e menores como uma das que terão de estar abrangidas pelo regime dos turnos em todas as comarcas, do modo mais especializado que a dimensão de cada comarca possa propiciar.

### *d) Audição das crianças sobre acordo de regulação do exercício das responsabilidades parentais*



## MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU

Nesta matéria e muito embora se estivesse já a afirmar, ainda que com práticas diferenciadas, o direito à audição das crianças e jovens sobre os acordos de regulação do exercício das responsabilidades parentais apresentados nos procedimentos de divórcio por mútuo consentimento que correm termos nas Conservatórias do Registo Civil, passaram a ser observados, uniformemente, os procedimentos estabelecidos no Memorando nº 6/15, de 13/4/2015, do Senhor Procurador-Geral Distrital de Coimbra.

O Magistrado na Secção de Família e Menores territorialmente competente, a quem o Conservador do Registo Civil remete aqueles acordos (*artigo 14º, nº 4 do DL 272/2001*), procede à audição do menor interessado, sempre que:

- **possível** (atendendo à idade, maturidade ou grau de discernimento);
- **necessário** (atendendo ao teor do acordo, às circunstâncias verificadas e à informação de que o Magistrado disponha);
- **e conveniente** (ponderando o superior interesse da criança nessa concreta situação).

Nos casos em que houver lugar à audição do menor, o resultado da diligência deve integrar e acompanhar o parecer do MP.

Quando não haja lugar à audição deve o Magistrado referir no seu parecer, de forma sucinta, a razão da sua impossibilidade, desnecessidade ou inconveniência.

### *d) Titularidade do PA instaurado a partir de atendimento ao público*

### **3.3. Breve análise dos resultados à luz dos objectivos para 2015/2016**

A actividade, nesta área e nesta comarca, foi muito significativa na representação dos interesses que, constitucional e legalmente estão cometidos ao Ministério Público, como disso dá mostra este relatório.

Nessa actividade é fundamental o atendimento aos cidadãos, pelos magistrados, inegável factor de facilitação e potenciação do acesso ao direito neste domínio.

O alargamento da interlocução das CPCJ a magistrados das instâncias locais nas situações de grande dispersão da área territorial das secções de família e menores criou melhores condições para um maior e mais próximo acompanhamento dos processos não judiciais de promoção e protecção.

Ao nível dos processos judiciais de promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em perigo, verifica-se que, na sua esmagadora maioria (96,07%), a aplicação de medidas de promoção e protecção decorrem de acordo e, de entre estas, prevalecem as medidas não institucionais, havendo sido ainda decidida, em 9 casos, a confiança com vista a futura adopção.

A suspensão do processo tutelar educativo tem vindo a ser implementada, observando-se desse modo um dos objectivos de, na resolução dos inquéritos, “privilegiar a adopção de soluções de diversão e consenso”.

Mais recentemente, verificou-se uma acentuada diminuição da pendência processual, o que mais merece destaque por haver sido conseguido à custa dos processos de registo mais antigo.

Afigura-se, pois, que se prosseguiram os objectivos estratégicos hierarquicamente estabelecidos e também os objectivos processuais que, nesta comarca, tinham sido definidos para 2015/2016 e para esta jurisdição especializada.

## **4. Área do Trabalho**

Nesta comarca, encontram-se instaladas Secções de Instância Central do Trabalho em Lamego e Viseu.

Decorrente da Ordem de Serviço n.º 21/2014-PGDC, de 28 de Setembro, e pretendendo propiciar uma resposta mais eficaz do Ministério Público, realizando também o princípio da





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

especialização, foi instituído para as comarcas da área da Procuradoria-Geral Distrital de Coimbra um regime alargado de turnos em períodos de férias judiciais.

**4.1. Apresentação dos principais dados estatísticos**

***a) Acções Laborais***

O Ministério Público instaurou (52) e contestou (8) um total de 60 acções laborais, todas em patrocínio de trabalhadores, num universo de 94 (acções movimentadas no ano judicial de 2015/2016).

***b) Processos por Acidente de Trabalho***

Foram acompanhados 1270 processos por acidente de trabalho, 1061 dos quais na fase conciliatória, da responsabilidade do Ministério Público.

Iniciaram a fase conciliatória no ano judicial 774 processos (45 por acidente mortal e 729 por acidente não mortal), tendo-se concluído 852. Estavam pendentes no final do ano judicial 418 (155 dos quais a aguardar o resultado de perícia médica), dos quais 257 da Secção de Viseu e 161 de Lamego.

O Ministério Público patrocinou os trabalhadores em 126 processos por acidente de trabalho e interpôs 6 recursos.

Relacionados com os processos por acidente de trabalho, o Ministério Público apresentou 37 requerimentos para Junta Médica, 61 pedidos de revisão de incapacidade, 53 de actualização de pensões e efectuou 520 actos de entrega de capital de remissão.

***c) Processos por Doença Profissional***

Não foi proposta pelo MP, no ano judicial 2014/2015, nenhuma acção respeitante a doença profissional.

***d) Acções Especiais***

Foram propostas pelo Ministério Público 28 acções especiais, todas de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento.

***e) Recursos***

O MP interpôs 5 recursos e foram decididos 3 que havia interposto, tendo obtido provimento em 2 destes.

Respondeu a 10 recursos, tendo sido decididos 10 a que havia respondido, 7 dos quais não obtiveram provimento.

***f) Impugnação Judicial em Processo de Contra-ordenação***

Foram apresentadas em juízo, pelo Ministério Público, 52 impugnações, tendo sido decididas 47 no ano, das quais 11 não foram providas e 36 foram total ou parcialmente providas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

***g) Processos Administrativos***

Instaurados: 124 processos administrativos, 72 dos quais tendo em vista a iniciativa/intervenção processual, 50 outros o acompanhamento de processos e ainda 2 por outros assuntos.

***h) Atendimento ao Público***

Foram efectuados 711 atendimentos ao público: 214 tendo em vista a iniciativa/intervenção processual do Ministério Público, 195 sobre processos/acções em curso ou findos e 302 sobre outros assuntos no âmbito das competências do Ministério Público.

***i) Decisões Hierárquicas***

Não houve lugar.

**4.2. Iniciativas desenvolvidas pela Procuradoria da Comarca**

***a) Acompanhamento bimestral da actividade desenvolvida***

Procedeu-se à análise dos mapas estatísticos bimestrais respeitantes ao movimento processual desta jurisdição especializada, monitorizando-se objectivos definidos para a área laboral, transmitindo-se essa informação estatística à Procuradoria-Geral Distrital e, recebido o resultado da apreciação aí superiormente efectuada, dando-se conhecimento aos Senhores magistrados que operam nesta área.

***b) Articulação com os magistrados na Secção da Instância Central de Comércio***

Entre outras formas de alertar para a necessidade de implementar como prática constante, a articulação entre magistrados e, designadamente também, entre Colegas colocados nas Secções de Trabalho e de Comércio, visando a melhor tutela dos direitos dos trabalhadores, no âmbito da reclamação e cobrança dos seus créditos, foi emitida a Recomendação n.º 3/2015, de 1 de Junho, sendo certo que esse apelo terá que manter continuidade.

***c) Titularidade do PA instaurado a partir de atendimento ao público***

Nesta área, como nas jurisdições cível e de família e menores, torna-se especialmente pertinente que o processo administrativo, instaurado a partir de um acto de atendimento, seja titulado pelo magistrado que assegurou esse acto, de modo a privilegiar a relação de confiança ali estabelecida e a boa gestão do procedimento.

Para tanto, foi emitida a Recomendação n.º 5/2015, de 20 de Setembro, apontando boas práticas.

**4.3. Breve análise dos resultados à luz dos objectivos para 2015/2016**

A actividade do Ministério Público tem vindo a conseguir alcançar o cumprimento dos objectivos definidos, designadamente no que toca à assunção das suas responsabilidades no âmbito dos processos de acidentes de trabalho, do patrocínio dos trabalhadores e do seu atendimento.





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

## **5. Área de Comércio**

Existe Secção de Instância Central do Comércio em Viseu.

### **5.1. Apresentação dos principais dados estatísticos**

#### ***a) Iniciativa e Intervenção Processuais***

Foram movimentos 1.423 processos de insolvência, 358 dos quais iniciados no ano judicial de 2015/2016. De entre os findos, foi declarada a insolvência em 270.

O valor total dos créditos rateados pelos credores foi de 607.714,61 euros.

Foram movimentados 108 processos especiais de revitalização, 78 dos quais entrados no ano.

O Ministério Público instaurou 54 acções declarativas, providências cautelares e acções de verificação ulterior de créditos.

Interpôs 3 recursos, um dos quais já julgado e que obteve provimento, e respondeu a 16, com decisão em 11 deles (4 deles improcedentes).

#### ***b) Processos Administrativos***

Foram instaurados 486 processos administrativos (293 tendo em vista a iniciativa/intervenção processual e 193 para o acompanhamento de outros processos).

#### ***c) Atendimento ao Público***

Sem registo de qualquer acto.

### **5.2. Iniciativas desenvolvidas pela Procuradoria da Comarca**

Como nas demais jurisdições, procedeu-se à análise dos mapas estatísticos bimestrais respeitantes ao movimento processual desta área especializada, monitorizando-se objectivos definidos para a área de comércio, transmitindo-se essa informação estatística à Procuradoria-Geral Distrital e, recebido o resultado da apreciação aí superiormente efectuada, dando-se conhecimento às duas Senhoras magistradas que operam nesta área.

Tratando-se de uma desejável prática permanente, tal a sua relevância na qualidade do serviço prestado e no atingimento de objectivos processuais, a sensibilização dos Senhores magistrados para um desempenho funcional em concertação, entre si, na mesma jurisdição, mas também em articulação com outra parcialmente conexa – no caso do comércio, com os Colegas da área laboral, visando a mais competente intervenção em patrocínio dos trabalhadores – é também uma tarefa sempre inacabada.

### **5.3. Breve análise dos resultados à luz dos objectivos para 2015/2016**

Os objectivos de preservação do valor económico da massa insolvente, de ressarcimento dos créditos reclamados pelo Ministério Público e de realização do patrocínio devido aos trabalhadores e seus familiares têm vindo a ser cumpridos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

## **6. Área de Execução**

Encontra-se instalada Secção de Execução de Instância Central em Viseu.

### **6.1. Apresentação dos principais dados estatísticos**

O Ministério Público instaurou acções executivas, com os seguintes valores:

- na área cível: 239.435,77 euros;
- na área de execução: 38.386,62 euros;
- na área penal: 304.671,72 euros;
- na área de família e menores: 5.747,43 euros;
- na área do trabalho: 261.681,45 euros;
- na área de comércio: 4.313,00 euros.

Foram apresentadas 216 reclamações de créditos em processos de insolvência e em PER, sendo 215 em representação da Fazenda Nacional e 1 no patrocínio de trabalhadores, no montante global de 9.084.762,22 euros.

O Ministério Público participou em 165 assembleias de credores e emitiu parecer de qualificação da insolvência em 31 processos

Interpôs 3 recursos (1 deles já julgado e provido), tendo respondido a 16.

### **6.2. Iniciativas desenvolvidas pela Procuradoria da Comarca**

A Procuradoria-Geral Distrital tem vindo, também nesta área, a prestar apoio aos magistrados que, nas comarcas, nela trabalham.

Foi divulgada, pelo Memorando nº 8/14, de 23 de Outubro, orientação que estabelece critérios de ponderação quanto à instauração de execução por dívida de custas.

### **6.3. Breve análise dos resultados à luz dos objectivos para 2015/2016**

Tem-se vindo a alcançar o cumprimento dos objectivos de instaurar atempadamente as execuções por custas e demais quantias em dívida, bem como as reclamações de créditos da Fazenda Nacional, e de pugnar pela sua efectiva cobrança.

Também o patrocínio que seja devido aos trabalhadores e seus familiares tem merecido a devida atenção, em concertação com a jurisdição laboral (Circular 5/2011- PGR).

## **7. Actos de Atendimento ao Público e Processos Administrativos**

**7.1.** Foi muito significativo o número de actos de atendimento ao público, efectuados pelo Ministério Público, nas diversas áreas – 1.099 – representando uma importante via de acesso dos cidadãos ao direito e aos tribunais. Assumem uma relevância especial as jurisdições de maior impacto social: de família e menores (341) e do trabalho (711). Realça-se que 532 actos de atendimento ao público se destinaram à iniciativa/intervenção processual do Ministério Público.

**7.2.** O número total de processos administrativos movimentados foi de 2843, tendo ficado pendentes 1169 para o ano judicial de 2015/2016. Assumiu particular relevância a



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

instauração de processos administrativos nas jurisdições de família e menores (561), comércio (486) e cível (427). Os objectivos desta instauração, no ano judicial reportado, foram: a iniciativa/intervenção processual do Ministério Público (1328); o acompanhamento de outros processos (373); o acompanhamento da participação do MP em actividade/órgão extrajudicial (6), outros assuntos (25), e questões de gestão/organização (12).

### **8. A cooperação com a Procuradoria-Geral Distrital**

Ainda num período de preparação da actual organização judiciária, a Procuradoria-Geral Distrital de Coimbra e os Magistrados Coordenadores das cinco comarcas integrantes da área territorial do Tribunal da Relação de Coimbra trabalharam conjuntamente no sentido da manutenção de uma fórmula de cooperação que, necessariamente adaptada ao novo formato de gestão das comarcas, aproveitasse uma prática há muito implementada no distrito judicial e com resultados evidentes.

Na Procuradoria-Geral Distrital estão designados Magistrados de Coordenação nas áreas Criminal, Cível, Família e Menores, Comércio e Trabalho e que, com a sua reconhecida e elevada competência e grande disponibilidade, constituem um insubstituível “balcão de ajuda” para os magistrados do Ministério Público da primeira instância, na interpretação de delicadas questões jurídicas e no acompanhamento dos mais complexos procedimentos.

É aqui imperioso e grato deixar uma nota de reconhecimento a esse trabalho esforçado e de elevada competência e que se traduz num inestimável contributo para os magistrados de primeira instância, mas mais ainda para a afirmação do Ministério Público, mediante processos concertados e alargados que potenciam o cumprimento dos seus objectivos e um mais eficaz contributo na realização da justiça.

Seja permitido nomear, de entre os Senhores Procuradores-Gerais Adjuntos que, sob a segura e esclarecida orientação do Senhor Procurador-Geral Distrital, vêm a assegurar esse relevante desígnio, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Clara Maria Cardoso Mesquita Ribeiro que, recentemente, viu atribuído o estatuto da jubilação. Na sua pessoa, cumprimentando os seus ilustres pares, a manifestação simples de um agradecimento profundamente genuíno.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

**III**

**SIGNIFICATIVAS INSUFICIÊNCIAS E LACUNAS**

**DE**

**MEIOS HUMANOS, CONDIÇÕES DE TRABALHO,**

**APOIO PERICIAL E ASSESSORIA TÉCNICA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

São aqui referidas apenas as insuficiências mais relevantes e necessidades especialmente prioritárias, que influenciam negativamente o exercício das funções do Ministério Público, com reflexos directos na eficácia e na qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

## **1. Meios Humanos**

**1.1.** O quadro de magistrados do Ministério Público na Comarca de Viseu necessita de ser reforçado, pelo menos, com um Procurador da República para a secção criminal de instância central e com um Procurador-Adjunto para exercer, repartidamente, funções nas secções de instância local de Santa Comba Dão e de Tondela.

Também na área da família – muito embora com os ajustamentos previstos na organização do sistema judiciário e a perspectivada atribuição de competência especializada, nessa área, às instâncias locais de Santa Comba Dão, Moimenta da Beira e à previsivelmente aberta instância local de Castro Daire, se imponha repensar os moldes desta pretensão – parece imprescindível o reforço do quadro, de modo a que, sem constrangimentos de serviço, os magistrados interlocutores das CPCJ possam e devam exercer plenamente as suas competências de apoio, acompanhamento e fiscalização.

**1.2.** Muito embora não exista, em Viseu, falha numérica de oficiais de justiça, há lacunas graves no preenchimento do quadro de funcionários da carreira do Ministério Público, concretamente, nas categorias de Técnico de Justiça Principal e de Técnico de Justiça Adjunto e, em alguns casos, é flagrante a impreparação de Escrivães Auxiliares designados, em substituição, para o exercício das específicas funções de apoio à actividade do Ministério Público.

## **2. Condições e instrumentos de trabalho**

**2.1.** No que respeita aos edifícios judiciários, há que assinalar a urgência na realização das obras de conclusão do 3º piso do Palácio da Justiça de Viseu, permitindo sair de condições de trabalho que, não sendo precárias, não podem persistir: por exemplo, magistrados a partilharem gabinete ou a ocuparem espaços que não são adequados a esse fim, ausência de sala de reunião, de biblioteca e de gabinete de inspecção. Além disso, a conclusão das obras permitiria, além de mais adequada instalação das secções, a transferência, para este Palácio da Justiça, da Secção da Instância central de Trabalho.

Há necessidade de obras noutras estruturas, como sejam as de adaptação de uma segunda sala de audiências em Mangualde e em Tondela para permitir a realização de actos processuais quando, a essas instâncias locais, se desloquem os magistrados que integram o Tribunal Colectivo. Como há necessidade de dotar todas as instalações de equipamento de climatização – que não funcionam, há muito, em Tondela.

Recentemente, os Órgãos de Gestão da comarca viram-se confrontados com um novo e sério problema: a queda de alguns dos mais de seiscentos painéis em vidro, incorporados em



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA DA COMARCA DE VISEU**

três dos alçados do edifício, vindo a constatar-se que estavam, como todos os demais estarão, apenas precariamente fixados por silicone ou produto similar. A situação foi prontamente sinalizada, face ao elevado perigo para as pessoas que transitassem nas imediações, reportando-se o assunto ao Ministério da Justiça.

### **3. Equipamentos**

Nenhuma unidade orgânica do Ministério Público da Comarca de Viseu dispõe de equipamento de videoconferência próprio, passível de ser utilizados sem qualquer constrangimento na realização de diligências de inquérito.

Esta situação é mitigada pelo facto de nas instâncias locais existir, além desse equipamento na sala de audiências, um outro em “sala de videoconferência”. Desse modo, haverá normalmente a disponibilidade de um desses equipamentos.

Em Viseu, onde e por força da sua estrutura, o Ministério Público não poderá contar com idêntica disponibilidade, torna-se efectivamente necessário o equipamento privativo, que lhe virá a ser atribuído em breve, conforme informação que me foi pessoalmente transmitida pelo Senhor Administrador Judiciário.

Mostram-se ainda necessários, no Ministério Público, equipamentos de cópia de documentos e de digitalização, que permitam, nomeadamente, assegurar a reserva e agilidade no tratamento de documentação nos inquéritos e as exigências processuais que decorrem do novo Código de Processo Civil e do *Citius*.

Sublinha-se ainda a total ausência de equipamentos para gravação audiovisual das diligências, ao arrepio do disposto no artigo 101º do Código de Processo Penal.

### **4. Meios periciais e assessoria técnica**

A assessoria técnica prestada pelo Centro Distrital de Segurança Social/EMAT motivou grandes preocupações, face aos acentuados e repetidos atrasos e insuficiências acima descritas (cf. Área do Direito da Família e Menores).

Há também deficiências na resposta dos Serviços do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP/Gabinete Médico-Legal de Dão Lafões e Gabinete Médico-Legal de Vila Real, nomeadamente, na elaboração e envio da relatório de perícias de tanatologia forense, mas também pela dilação de dois ou três meses no agendamento de perícias de avaliação na jurisdição tutelar, a que acresce o atraso na elaboração e envio do respectivo relatório.

Preocupante e dificilmente compreensível é ainda a grande morosidade na emissão dos pareceres do Conselho Médico-Legal.

Viseu, 15 de Novembro de 2016

O Magistrado do Ministério Público Coordenador,

*(Domingos Fernando Martins de Almeida)*